



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

Melo
Ana Maria dos Pereiros
Marmelo da Silva

ACTA Nº 5

No dia vinte e nove de Junho de dois mil e vinte e dois pelas vinte e uma horas no edifício sito na Rua Alexandre Herculano nº 20, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelos membros da Mesa 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva, os três do PS.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita bem como todos os membros da Junta de Freguesia.

Pelo Partido CHEGA – António Jorge Ferreira Lopes.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Joaquim Dias Palricas, Miguel José Costa Coelho Rodrigues, Maria do Céu Lopes Rodrigues Ferreira

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Ricardo António Ribeiro Simões e Sílvia Catarina Henriques de Sousa.

No início da sessão a Presidente da Mesa questionou se alguma das pessoas presentes nos lugares destinados ao público pretendia intervir, tendo pedido a palavra o sr. Paulo Alexandre Melo que no uso da mesma disse residir há 19 anos em Casal de Frades, zona em que moram mais de quinhentas famílias e lamentar que a limpeza da ruas não chega lá, pára no quartel. Falou também da situação de falta de grades de escoamento nas traseiras da Rua Amorim Rosa junto à Vodafone, situação persistente quase há dois anos. Por último referiu a falta de divulgação das convocatórias da assembleia de freguesia, que só é feita no site da Junta e no placard do edifício.

Quanto a esta última questão a Presidente da Mesa informou que a divulgação é a adequada, em conformidade com o previsto no Regimento e seguidamente deu a palavra ao Presidente da Junta para se pronunciar sobre as outras questões.

No uso da palavra o Presidente da Junta disse ser falso que a limpeza pára no quartel, acrescentando que por exemplo a Rua Miguel Torga está impecável e que foi iniciada a limpeza da Rua de Vincennes mas ainda não foi acabada e que de modo geral toda a Choromela está limpa, excepto a faixa junto ao Lidl.

Melaldu
Ana P. Marmelada

Acrescentou ainda que a limpeza das áreas situadas dentro do perímetro urbano não compete à freguesia mas apesar disso a Junta faz o que pode, acudindo às situações mais prementes. Por exemplo teve que ser interrompida a limpeza da Rua de Vincennes por ter surgido uma solicitação da Directora da USF de Marmelais para limpeza da envolvente, que estava lastimável.

Quanto à falta de grelhas informou que o assunto não é da competência da Junta, mas apesar disso esta já fez seguir vários emails para a câmara e para a PSP dando conta do desaparecimento das grades por provável roubo.

Passou-se então ao **Período Antes da Ordem do Dia:**

Dada a palavra a Jorge Lopes (Chega) como autor da MOÇÃO – “Limpeza e manutenção da Zona Envolvente à Cidade Nova” este procedeu à leitura integral da mesma, que se transcreve:

Limpeza e Manutenção da Zona Envolvente à Cidade Nova. A Higiene Urbana tem como objetivo manter a cidade limpa intervindo em áreas como a Limpeza Urbana, Remoção de Resíduos Urbanos, a Gestão e Manutenção de Equipamentos, a Desinfecção e Controlo de Pragas. A Higiene Urbana, é seguramente motivo de um maior número de queixas, sendo uma área que deveria de registar melhorias após a transferência de competências para a junta de freguesia. Na prática o executivo da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), deveria de ter um papel essencial na preservação e limpeza das ruas de forma a contribuir uma maior qualidade de vida dos fregueses. Tal não se verifica na zona envolvente à Cidade Nova, ao passarmos pelas Ruas Miguel Torga, Rua de Vincennes, Rua Tuna Tomarense podemos verificar a falta de manutenção e limpeza dos passeios. Verificamos que a extirpação de ervas e o controlo de vegetação infestante é inexistente nesta zona da freguesia. Assim como a falta de manutenção de passeios em que muitos dos casos encontram-se danificados e com ausência de pedras de calçada, tornando-se perigoso para os moradores desta artéria da freguesia. Assim, o Partido CHEGA vem desta forma reiterar junto do executivo desta União de Freguesias que procedam à devida limpeza e manutenção desta zona habitacional. A limpeza do Espaço Público merece toda a nossa atenção pois o executivo da junta tem a obrigação de servir todos os seus fregueses. O Deputado eleito pelo Partido CHEGA António Jorge Ferreira Lopes.

De seguida abriu-se o período de intervenções sobre o assunto.

Alexandre Horta (PSD) afirmou só ter contra a moção o facto de esta ser redutora quanto à área abrangida porque a falta de limpeza é geral embora se entenda que os funcionários não podem chegar a todo o lado ao mesmo tempo.

Procedeu-se então à votação tendo a Moção sido reprovada com a seguinte votação: 6 votos a favor (5PSD+1Chega) 6 contra (PS) 1 abstenção (CDS) e desempate mediante utilização do voto de qualidade pela Presidente da Mesa.

No Período da **Ordem do dia:**

1- Ponto um - **Análise, discussão e votação da ata da última sessão.**

Dada a palavra ao 1º secretário, António Martins (PS), autor do projecto de acta distribuido, este confirmou terem sido aceites para introdução os dois aditamentos requeridos por email de Joaquim Palricas (PSD). Este interveio de seguida para que fosse melhor esclarecido o ponto da acta constante da 2ª folha onde é mencionada a intervenção do Presidente da Junta sobre a Moção no sentido de ficar

Melhor
J. D. Ramos

esclarecido que a Presidente da Mesa lhe dera a palavra para prestar esclarecimentos sobre o congresso da Anafre e não sobre a moção, o que foi imediatamente esclarecido pela Presidente da Mesa, impondo-se assim proceder à devida correcção no texto da acta.

Alexandre Horta (PSD) esclareceu então que com a rectificação da acta nesse sentido a sua bancada votaria favoravelmente a sua aprovação.

Submetida a votação, a ata foi aprovada por unanimidade dos participantes na sessão respectiva e abstenção dos elementos que nela não participaram.

2- Ponto dois - Análise, discussão e votação da Proposta para a 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e da 2ª Revisão ao PPI|2022.

Alexandre Horta (PSD) questionou se a alteração de 97.900€ para 118.307€ resulta de correcção ao orçamento e constitui um complemento da alteração feita anteriormente.

O Tesoureiro, José Marques, esclareceu que os 20.407 euros atribuído no Orçamento Geral do Estado foi integralmente afecta à rubrica Viadutos e Arruamentos para majorar essa rubrica, de que tinha sido anteriormente transferida uma verba para aquisição do tractor e além disso porque os custos das obras têm vindo a aumentar muito nos últimos meses.

Submetido a votação foi este documento aprovado por unanimidade.

3- Ponto três - Análise, discussão e votação da Proposta para a alteração do Regimento Interno da Assembleia de Freguesia.

Dada a palavra ao coordenador da Comissão, António Martins (PS) este referiu que em nova reunião da Comissão fora decidido suprimir as grelhas de tempos tendo em conta as dificuldades de compatibilizar adequadamente tempos mínimos da intervenção das forças com um único representante por cada ponto com o princípio da proporcionalidade, concluindo a Comissão ser preferível numa assembleia de 13 elementos e em alternativa às grelhas de tempos confiar na automoderação dos vários intervenientes e na intervenção da Presidente da Mesa.

Em seguida Teresa Ramos (CDS) também membro da Comissão reafirmou que a Comissão optara por confiar no bem senso e na moderação do uso dos tempos pela Presidente da Mesa.

Interveio em seguida Joaquim Palricas (PSD) afirmando que a proposta de revisão fora bastante tímida, pouco tendo sido alterado. E questionou ainda alguns pontos concretos, designadamente o facto de o artigo 36º nº1 não prever o tempo máximo da intervenção do Presidente da Junta, o que de imediato foi esclarecido pelo coordenador da Comissão tratar-se de lapso decorrente do facto de esse tempo estar previsto no Regimento anterior e ter sido retirado para ficar incluído na respectiva grelha, sendo que quando agora a grelha foi suprimida não se recolocara simultaneamente aquele tempo de intervenção do Presidente da Junta.

Helena
Inda

Usou então da palavra Sílvia Sousa (PS) para considerar que os partidos deveriam ter feito chegar oportunamente as suas posições à Comissão através dos seus representantes para se evitar estarmos agora aqui a renovar outra vez a discussão das mesmas coisas.

Replicando Joaquim Palricas (PSD) afirmou que da discussão nasce a luz e não considera despropositada a discussão deste assunto directamente pela assembleia.

Rui Bugalhão (PS) afirmou: há uma Comissão que se reuniu para chegar a um consenso. Na última assembleia até sugeri que pudesse participar mais alguém do PSD na Comissão para evitar estarmos aqui a renovar as discussões.

Em seguida Alexandre Horta (PSD) disse: estamos a chegar à conclusão de que ainda há coisas a alterar. Se for alterada a redacção do artigo 36º votamos a favor.

Então Rui Bugalhão (PS) concluiu: para isso é que foi constituída a equipa de trabalho, para se chegar a um consenso a partir dos vários contributos.

António Martins (PS) usando novamente da palavra salientou já ter manifestado aceitação do aditamento do tempo de intervenção do Presidente da Junta no artigo 36º nº1. Acrescentou ainda que se as alterações foram bastante limitadas a verdade é que o Regimento anterior desempenhava a sua função, pelo que as alterações incidiram apenas nos pontos em que tinham sido detectadas insuficiências e incongruências.

Submetida a votação foi este documento aprovado por unanimidade.

4- Ponto quatro - Apreciação e discussão da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia.

Joaquim Palricas (PSD) considerou que apontando a informação para um grau de execução no fim do ano da ordem dos 72% é de concluir que o orçamento não foi tão rigoroso como isso.

Questionou se não haverá conflito de interesses no que respeita ao ponto da intervenção da Junta “a solicitação da Presidente do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria” e que deveria haver mais cuidado.

Relativamente ao que consta da página 4 – Reuniões/visitas de trabalho, reunião com o grupo “30 por uma linha” para articular a visita às minas da Ponte de Peniche no âmbito da parceria para a recuperação da Ponte de Peniche, questionou: que projecto é este? É a Junta que vai executá-lo?

Quanto ao arraial de S. João questionou: este arraial estava programado? Havia outros na zona, esta concorrência não é boa. Quais foram os critérios para selecção das entidades convidadas? Porquê estas e não outras?

Sobre os cabazes de emergência disse: com a necessidade de distribuição de tantos cabazes e com tantas entidades no terreno, deveríamos refletir se o que andamos a fazer é o adequado para resolver a situação, correndo-se o risco de duplicação de apoios”.

Mobley
↓
André Mendes

Na sequência desta intervenção a Presidente da Mesa considerou que as entidades têm de continuar a trabalhar independentemente das pessoas que as dirigem.

Joaquim Palricas (PSD) comentou: coloquei a questão tão simplesmente.

Dada a palavra ao Presidente da Junta para esclarecimentos, disse: “30 por uma linha” abordou a Junta com vista a colaborar na obra a realizar também com a colaboração do IPT, sendo a intervenção da Junta de mero colaborador para limpar a área. Nada avançou porque a câmara informou que para este ano não há verba.

Quanto ao mural referiu que a Junta de Freguesia é parceira com os Agrupamentos de Escolas e daí a colaboração.

Quanto ao arraial de S. João disse que esta iniciativa já se realizava no passado desde há muitos anos e realizou-se agora sem qualquer intuito de concorrer com outras entidades, tendo corrido muito bem.

Quanto aos cabazes foram fornecidos a pedido de outras entidades que fazem parte da rede de apoio social, não sendo verdade que são sempre os mesmos os beneficiários.

Seguidamente no uso da palavra Jorge Lopes (Chega) disse que tinha visitado diversas ruas no dia 19 de Junho e verificara que a limpeza não estava feita, sendo esse o caso das Ruas Miguel Torga e Rua de Vincennes mas também noutras zonas da cidade, tal como a Rua dos Construtores Cívicos, a Rua das Flores e outras.

Alexandre Horta (PSD) questionou então o Tesoureiro sobre a previsão da execução orçamental para o final do ano. Quanto à pintura do muro disse que não está em causa o trabalho feito. Questionou ainda se o arraial de S. João estava no plano de actividades, qual o critério de escolha das entidades parceiras e ainda se a Paróquia tinha sido convidada.

Rui Bugalhão (PS) em resposta à intervenção de Jorge Lopes (Chega) salientou que a menção relativa à limpeza de vias constante de informação escrita se reporta ao início de Março e é sabido que é neste período do ano que as ervas crescem mais.

Nesta altura tomou a palavra a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) e disse que relativamente à Ponte de Peniche tinha-se lá deslocado com o Presidente e que é criminoso que por ali continue a passar o trânsito de pesados. Esclareceu também que não há ainda nenhum projecto mas apenas um conjunto de vontades de várias entidades.

Foi então dada a palavra ao Presidente de Junta para prosseguir com esclarecimentos, tendo dito que a Rua Miguel Torga foi limpa nestes últimos dias. A limpeza da Rua de Vincennes foi iniciada mas teve que ser interrompida para o pessoal ir fazer a limpeza junto ao Centro de Saúde de Marmelais.

No que respeita ao muro pintado disse que a Junta se limitou a preparar a pintura.

Quanto ao arraial disse que a Pandemia obrigou a cancelar muitas actividades que estavam programadas, tendo-se avançado com esta iniciativa que trouxe muito movimento à cidade com a colaboração de várias entidades, entre elas a câmara que colocou as casas de banho.

Relativamente à Ponte de Peniche a câmara informou que não há verba no orçamento para este ano mas haverá para o próximo ano. Esclareceu ainda que o local não está ainda registado como património.

Nesta altura passou a palavra ao Tesoureiro para esclarecer quanto à execução orçamental e outras questões financeiras. No uso dela José Marques referiu que temos estado a viver em duodécimos pelo que a disponibilidade tem sido mínima; que se prevê executar até ao fim do ano cerca de 82% da despesa e 85% da receita. E quanto ao arraial de S João informou que os respectivos custos devem rondar os dois mil euros.

Retomou então a palavra o Presidente da Junta e disse que não há ainda qualquer projecto para a Ponte de Peniche. Quanto à selecção das entidades parceiras do arraial esclareceu que foram convidadas as quatro que habitualmente participavam nos comes e bebes na tenda pela feira de Santa Iria propondo que cada uma dessas entidades entrasse com 110 euros para as despesas: Associação dos bombeiros, Sporting de Tomar, União de Tomar e Associação de Minjoelho. Porém a Associação dos Bombeiros desinteressou-se e o Sporting de Tomar também comunicou não estar interessado. Mais tarde o Sporting ainda designou um representante para participar numa reunião preparatória do evento a quem foi dito que nessa altura já era tarde para participar.

Pedi ainda a palavra Joaquim Palricas (PSD) para referir que as questões levantadas pela sua bancada não constituíam acusações contra ninguém e que se o Presidente tivesse logo esclarecido essas questões não teria sido necessário perguntar.

5- Ponto cinco - Outros assuntos.

Joaquim Palricas (PSD) questionou se o atendimento nos serviços administrativos neste edifício já não estava encerrado, sendo imediatamente informado que não. Prosseguiu sugerindo um projecto de articulação dos serviços de atendimento ao público quer em Santa Maria quer em S. João. E por último questionou ainda o Presidente da Junta se tinha conhecimentos relativos à esplanada em frente ao restaurante Nabão mas do lado oposto da rua, a quem pertence e para que serve.

Alexandre Horta (PSD) interveio para dizer que por todo o concelho estão a decorrer obras de saneamento queixando-se os moradores de que o pavimento demora muito tempo a ser repostos, o que causa consideráveis incómodos.

Dada a palavra ao Presidente da Junta o mesmo disse que há vários anos temos uma funcionária a receber como se estivesse ao serviço, a qual está continuamente de baixa. Não obstante já ter ido à junta médica que a considera apta para o serviço não consegue executá-lo e volta a entrar de baixa.

Recentemente uma outra funcionária faltou porque teve necessidade de acompanhar uma filha num internamento hospitalar. E ainda uma terceira funcionária contraiu COVID ficando afastada do serviço. Nestas condições foi decidido suspender temporariamente o atendimento em S. João, mas houve sempre resposta no atendimento ao público no outro edifício, para onde as pessoas eram encaminhadas. E dirigindo-se ao membro da assembleia que o tinha interpelado sobre o assunto perguntou: - Como é que os senhores actuavam?

Nesta altura Joaquim Palricas (PSD) interpelou a Mesa pedindo um ponto de ordem por entender necessário interromper a exposição do Presidente da Junta mas a Presidente da Mesa decidiu que aquele deveria continuar a sua exposição até ao fim.

Acrescentou o Presidente de Junta que o licenciamento da esplanada é da competência da câmara. E que quanto à repavimentação designadamente em Juncais de Baixo e Santa Cruz tinha a informação dos engenheiros da TejoAmbiente que não se podia repavimentar sem estar tudo consolidado e devidamente compactado para evitar abatimentos como já sucedeu em alguns locais, onde as faixas repavimentadas se tinham depois transformado em autênticos sulcos.

Foi então dada a Palavra a Joaquim Palricas (PSD) que no uso dela disse: a questão que coloquei não foi a nível pessoal pelo que nos termos do Regimento deveria ter sido cortada a palavra ao Presidente quando este fez referências pessoais ao interpelante.

A Presidente da Mesa comentou então que o serviço não foi interrompido e como tal não considerava a situação como grave ao que Joaquim Palricas (PSD) retorquiu que tinha o direito de achar o contrário.

Em seguida Alexandre Horta ainda pediu informações sobre o projecto de S. Lourenço bem como sugeriu que se fizesse proximamente uma assembleia descentralizada.

O Presidente da Junta informou, relativamente a S. Lourenço, que os rails foram ali colocados pela Infraestruturas de Portugal, sob cuja alçada está a EN 110, certamente por os considerar necessários para a segurança dos peões.

Rui Bugalhão (PS) declarou que a respectiva bancada também concordava com a realização de uma assembleia descentralizada e que também tencionava propô-la. Apelou ainda ao respeito e moderação nas intervenções dos membros da assembleia, tendo em conta que todos os seus elementos foram eleitos com o propósito de contribuir para o bem da comunidade devendo sempre ter-se presente esse objectivo.

Na sequência das posições manifestadas pelo PSD e PS quanto à realização de uma assembleia descentralizada a Presidente da Mesa consultou de imediato os elementos do CDS e do Chega que também deram a sua concordância à ideia.

Por fim Joaquim Palricas (PSD) declarou concordar como que dissera Rui Bugalhão mas não considerava que tivesse havido qualquer questão de falta de respeito ou de imoderação entre os 13 elementos da assembleia de freguesia.

E nada mais havendo a tratar deu-se a sessão por encerrada cerca das 23.00 horas, dela sendo lavrada a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,

A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,